

Transgênicos midiaticizados no Rio Grande do Sul

Antonio Luiz Oliveira Heberlê

Tratamos do fenômeno que se refere ao aparecimento da palavra “transgênicos” no âmbito do Rio Grande do Sul, verificando a massa de informações impressas sobre a questão, publicada pelos jornais de maior expressão, tiragem e circulação no Estado, *Zero Hora e Correio do Povo*¹. Ao mesmo tempo em que o estudo busca, nos textos, as significações observadas no conceito, ou interpretado, porque os signos acarretam, pela sua estrutura específica, um ou mais sentidos, também se vale do texto jornalístico como recurso documental do relato histórico. Isso permite analisar o percurso do pensamento dos diferentes segmentos em sua expressão dinâmica e as posições adotadas nos momentos iniciais, quando o conceito começou a ser apresentado pela mídia. Mais precisamente, o estudo está focado entre os anos de 1995 e 1999.

Em relação aos transgênicos, se pode falar de contextos sociais, políticos, culturais, em que se apresentam muitos atores, pessoas físicas e jurídicas, representativos dos diversos segmentos interessados no assunto. A densidade crescente de argumentos coloca pelo menos dois pólos enunciativos (proeminentes) em confronto. De um lado estão a tecnologia e seus defensores, que falam em nome do desenvolvimento e da modernização. E de outro, os segmentos que alertam a sociedade para os perigos e riscos que ela corre em nome deste desenvolvimento.

Nesse debate há argumentos de duas forças antagônicas: os que defendem a promoção do “controle técnico da vida” e os que desejam a limitação desse controle. Há, portanto, de um lado, argumentos humanistas, genericamente associados ao debate sobre os direitos humanos, que propugna a emancipação humana, mediante o uso da ciência em prol da saúde e do bem-estar social. De outro lado, e contrastando com os primeiros, há argumentos de natureza pragmática², que refletem os interesses comerciais da nação, blocos de mercado

¹ Dados deste estudo se referem à tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, sob o título: “Significações do transgênicos na mídia do Rio Grande do Sul”, defendida pelo autor na Unisinos-RS, em fevereiro de 2005.

² O autor usa o termo “pragmática” no sentido comum ou do senso comum, que em nada refere à acepção técnica, referenciado na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, cujos conceitos utilizamos neste estudo.

e grupos econômicos e que representam os vultosos e imprescindíveis investimentos realizados com a pesquisa nos setores tecnológicos de ponta (Scholze, 2002, p.21).

Para além dos antagonismos, entendemos que existem sentidos decisivos para se compreender o universo de pertencimento desses discursos. Quando se fala de transgênicos, é preciso saber que noções estão sendo aportadas, que possam permitir inseri-lo numa dada temporalidade e especialidade e assim discriminar do que se está efetivamente tratando, ou o que exatamente se está incluindo (ou excluindo) num determinado universo de realidade (sementes, agricultores, ecologistas, instituições, etc).

Pode-se dizer que, do ponto de vista do fato em si (no enquadramento da terceiridade semiótica)³, o caso transgênicos emerge na discursividade midiática do Rio Grande do Sul como algo estabelecido. Ou seja, não se trata de uma situação duvidosa que vai crescendo a partir de signos indiciais e assim vai evoluindo até se concretizar. Quando se fala de transgênicos, com o sentido denotado para o cultivo de soja, já há uma área de lavoura de amplo domínio, o que se expressa como fato incontestável. O conceito está em plena atividade e, talvez por isso, tenha suscitado tantos interpretantes e a conseguinte polêmica, o que só fez crescer nos últimos anos.

A análise dos materiais permite dizer que a expansão da soja modificada no Brasil não aconteceu de forma acidental. Pelo contrário, houve uma transgressão velada, em praticamente todos os campos agricultáveis com o produto agrícola no Rio Grande do Sul. O produtor adquiriu alguns sacos de sementes contrabandeadas da Argentina e depois fez a multiplicação para as safras seguintes, de forma consciente, ainda que em confronto com a legislação vigente.

O governo liderado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em cuja gestão ocorreu o desenvolvimento da temática sobre legislação dos OGMs no Brasil não conseguiu dar um desfecho para a questão ou adotar um posicionamento objetivo do Governo, que implicasse numa maior segurança aos seus diferentes segmentos e representantes. Assim, as posições sempre foram oscilantes e oscilante permaneceu em relação ao tema o Governo que chegou ao fim em 2002.

³ Referente à semiótica descrita por Charles Sanders Peirce (1839-1914).

O fato de os interesses comerciais subsumirem as questões legais se apresenta ainda mais controvertido em função da forma como esses informes chegam à sociedade, subtraindo um agendamento por outro, sem qualquer preocupação com os registros anteriores. Em *ZH* são poucos os registros de recuperação textual, recompondo os inúmeros passos que demarcam a historicidade dos transgênicos. Na esfera pública, cada ato parece dizer uma realidade momentânea, descontextualizada.

Uma vez disseminada a idéia (denotação) sobre a tecnologia dos transgênicos e suas implicações, não quer dizer que o mesmo tenha acontecido com os significados a respeito do assunto. Observa-se que a mídia opera na discursividade abastecendo-se exatamente dos diferentes posicionamentos, das várias versões no entrecchoque de opiniões. Na polissemia, são os aspectos conotativos que interessam, com as peculiaridades que demarcam os espaços discursivos dos atores.

A existência da polêmica demonstra, do ponto de vista semiótico, o efeito de determinação lógica da força demarcatória de cada campo social, ao representar suas políticas. Registra-se, neste sentido, uma tensão permanente quando da aproximação na direção de esclarecimento tanto dos significados, quanto das idéias sobre eles (interpretantes) e assim dos próprios conceitos. Tal tensão envolve também com maior clareza a(s) política(s) ou atitude empresarial dos jornais envolvidos. Isso, logicamente, não seria intencional ou temático, mas acontece, em função da importância e complexidade do assunto. Muitas vezes, como no caso dos editoriais do *Correio do Povo*, o jornal se mostra ao não falar.

Para o campo da ciência a questão do esclarecimento tem sido crucial, pois dessa prerrogativa depende o sucesso de grande parte das ações que desenvolve. De certa forma, a ciência requer como base para entendimento do seu campo a necessidade de esclarecer, dentre as inúmeras possibilidades de significação, o que está sendo tratado num determinado momento específico. Por isso, é importante para a ciência saber que quando se fala de transgênicos no Rio Grande do Sul, há uma conotação natural para a cultura da soja e não para a técnica da transgenia em suas amplas possibilidades de uso e limitações.

Sempre pressionado, o campo político tende a operar dentro das lógicas que o regulam, buscando a satisfação dos segmentos que representa e assim mantém-se

pressionado pelas tendências de opinião. No caso dos transgênicos a saída têm sido difícil, e o comportamento foi de desvencilhar-se das decisões mais agudas, transferindo-as para o campo jurídico, diante da pressão da opinião pública.

Existem algumas explicações para o fato de uma Lei Federal brasileira e a realidade não se ajustarem. Uma delas é que o modelo liberal, globalizador e de redução do estado, que se ajustava à política pró-transgênicos do governo Fernando Henrique, não combinava com a severidade da legislação sobre segurança na área biológica. Isso porque, essa situação foi pensada para um cenário diferente, pelo mesmo governo FHC. Na época da Lei, a idéia era atender interesses da indústria farmacêutica norte-americana, a fim de planificar os entendimentos do Brasil com a lógica comercial norte-americana. Com o tempo, a Lei se volta contra os interesses comerciais do Governo, o que mostra por um lado a visão e competência dos técnicos que a redigiram e por outro a volatilidade político-ideológica do Governo.

Pode-se dizer, também, que a efetiva regulação não está, no caso dos transgênicos, condicionada à esfera institucional, de onde emana a maioria dos discursos. A regulação emerge informalmente nas operações da esfera social e evolui. Neste plano da realidade, as orientações são reguladas pelos interesses imediatos, onde a busca pela manutenção, pela preservação de renda e dos negócios, é imperativa. São ações substancialmente orientadas pelo econômico, relacionadas ao lucro (Monsanto) e neste sentido se ajustam os interesses (busca pelo estado de bem-estar, qualidade de vida, *status*) os acionistas da multinacional e os produtores rurais. Isso não justifica mas ajuda a explicar a desobediência civil e a falta de atenção aos direitos dos consumidores (CDC). A política, a justiça e as demais instituições civis e públicas buscam ajustamento, mas têm se mostrado impotentes.

Um bom exemplo surge em setembro de 2003, quando o Governo Federal, já nas mãos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cedeu ao argumento econômico, autorizando a colheita e comercialização de soja transgênica, fato este que se repete para a safra de 2004 e se configura em 2005, com a aprovação de uma nova Lei de Biossegurança, mais liberal do que a primeira. Equação complicada para um partido que em 1999 emitiu uma nota na imprensa contra a soja transgênica, tanto que a atitude (atual) foi tentar separar as ações de governo e da política. Essa tentativa aparece quando o

governo cede também aos argumentos do seu Ministério do Meio Ambiente e incluiu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na medida provisória que autorizou o plantio de soja modificada em 2003. De acordo com este estranho instrumento, os agricultores passaram a assinar um documento atestando que estão praticando um ato ilícito e se responsabilizando por qualquer prejuízo que isso possa causar. O TAC passou a ser um instrumento oficial que legitimava o descumprimento da lei.

A classe política, e neste caso no exercício do poder, diante da dificuldade em instituir o cumprimento legal, opera um movimento de transferência de responsabilidade, como se pode identificar em muitas oportunidades com relação ao tema. A novidade foi adotar instrumentos de transferência de constrangimento.

Como questão de fundo, deve-se levar em conta que o desenvolvimento e a preocupação com o ambiente são questões que estão cada vez mais acopladas no mundo contemporâneo. Uma das preocupações centrais é o crescimento acelerado e desordenado no mundo, com reflexos diretos para o ambiente natural. As fontes sobre a escalada da intervenção nem sempre são precisas, mas não omitem o fato de que o uso das tecnologias implica, irremediavelmente, em algum tipo de impacto e nisso não vai qualquer juízo de valor.

Ainda que ajustadas à mesma perspectiva, a biotecnologia dos transgênicos, sua utilização pelos produtores rurais e a discussão pública, precisam levar em conta as lógicas que regulam os respectivos campos. Neste sentido, a discursividade midiática, enquanto lugar de cruzamento de sentidos, é espaço privilegiado. Ali os campos sociais se apresentam, instituindo sentidos que buscam a fim de sustentar as prerrogativas de suas posições, o que não é novidade, porque se trata de disputa no espaço público. O conceito sofre naturalmente o embate dessas injunções de tal forma que não se pode falar de uma noção, mas de várias, adequadas à multiplicidade de interesses em jogo. Nessas condições o conceito *transgênicos* se move na dinâmica social e sofre modificações.

Uma revisão elementar desses comportamentos mostra que as motivações e os interesses da indústria tecnológica podem agir em detrimento de outros interesses, especialmente os que regulam formal ou informalmente a relação homem-natureza-

economia-tecnologia. Na medida em que essa ordem se inverte, atropelam-se regulações judiciais, condicionamentos ecológicos e o próprio comportamento ético ou bioético.

Essa dinâmica é condicionante para algo que está relacionado ao significado da palavra *transgênicos*, em sua contínua passagem e atualização experimental através dos comportamentos. *Transgênicos* é um conceito ativo, vivo, como todo conceito, mas neste caso envolto de uma acelerada atenção da mídia e da sociedade, o que se pode comparar com os casos do domínio atômico, da AIDS ou da clonagem no século XX, ou das células tronco e nanotecnologia no presente. Isso porque, os conceitos estão imersos na semiose, marcada pelo dissenso, pelo contraditório e pelos múltiplos interesses.

No caso específico dos transgênicos da soja se pode dizer que, enquanto signo, “transgênicos” pode receber interpretações variadas, pois são inúmeros os interpretantes (dinâmicos), o que não implica dizer que se referem à mesma coisa e tampouco que estejam sujeitos ao mesmo ordenamento de princípios. Isto é, o objeto “Transgênicos” determina logicamente no mundo vários interpretantes dinâmicos, de tal forma que se pode entender provisoriamente como vários transgênicos, porque são várias expressões suas que tendem, na busca lógica pela verdade a ser devidamente explicado, enquanto conceito

Em parte isso se deve à pressão ideológica dos campos e em consequência da tendência pela desqualificação do discurso do outro. Afinal, tudo parece se ajustar ao que diz Martin-Barbero (2001, p.37) sobre o estatuto da comunicação. Uma vez que observada a partir da institucionalidade, a comunicação passa a ser uma questão de meios. Ou seja, trata-se da produção de discursos públicos cujas operações se afinam com aquelas que regem os interesses privados.

Porém, é a questão dos fins da comunicação que mais chama atenção no caso dos transgênicos. Refere-se à própria constituição do sentido das coisas e do que fazer diante dos fatos. Assim, mais do que sustentar uma ética da comunicação é preciso antes fortalecer uma ética da sociedade. Ou, como aponta Habermas (1999), é decisivo definir critérios de verdade com a efetiva mediação da ética do discurso. A racionalidade ética, como se sabe, é fundada a partir da esfera social, da comunicação entre os agentes. Neste espaço pode emanar a validade da prática moral e é possível falar numa epistemologia pela qual, tanto as proposições factuais quanto normativas podem ser fundadas no argumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das enunciações que se apresentam na discursividade midiática dos jornais do Rio Grande do Sul, não diferenciam o processo tecnológico da transgenia do fenômeno transgênicos para a soja, produzida pela empresa Monsanto. Na medida em que esta é a significação corrente, dá conta por um lado da dinâmica interpretativa a respeito do conceito e, por outro, revela uma dimensão que envolve muitos e antagônicos interesses. Ou seja, as interpretações correntes quando se discursa sobre os transgênicos (objeto dinâmico) denotam para uma de suas faces(objeto imediato) e se destina a dar conta de uma questão objetiva da realidade, sendo isso o que efetivamente representa (interpretante dinâmico).

Pode-se dividir os posicionamentos a respeito do assunto em três grandes grupos, que se revelam simbolicamente. Os favoráveis, os contrários e os cautelosos em relação aos transgênicos para a soja. Termos como **modernidade, combate à fome, economia e competitividade**, são os preferidos para justificar a posição do grupo favorável, que envolve preferencialmente o campo tecnológico, econômico, empresarial, político-desenvolvimentista e agrícola. Para estes, a tecnologia significa a única forma de sustentação econômico-social.

Nos segmentos que se mostram contrários aos transgênicos para soja, as expressões mais utilizadas são **preservação, ecologia, ambiente natural e defesa do consumidor**. ONGs, associações ambientalistas e preservacionistas, o campo científico e especialmente o universitário vêm a tecnologia dos transgênicos para soja como ameaça e com severos desdobramentos negativos para a natureza.

Em busca de maior esclarecimento e procurando separar as noções dos transgênicos na soja e as técnicas da transgenia estão os **cientistas, especialistas de áreas afins**, como os vinculados aos **campos jurídico e político e segmentos de consumidores**. Para estes, diante da polêmica, os transgênicos significam incerteza, dúvida e necessidade de dados mais precisos.

Quanto ao comportamento dos campos sociais, no caso brasileiro aponta-se a submissão de interesses políticos em relação ao tema. Mesmo com a existência de Lei específica que regula o cultivo de organismos modificados e uma Comissão (CTNBio) para cuidar da execução de tais regulamentos, ações políticas foram desencadeadas para burlar o cumprimento legal. Tais ações privilegiaram o segmento econômico e de mercado em detrimento de cuidados e precauções com os possíveis impactos de tais organismos na natureza e no homem.

Assim que, o conceito transgênicos ao denotar para o caso da tecnologia da soja transgênica se move na dinâmica social significando coisas diferentes, uma vez que apenas determinados aspectos são elevados à enunciação ao discurso midiático de acordo com os interesses e hábitos de cada campo social em disputa. Embora a tendência seja pela manutenção do *status* (e por isso os impasses), os campos modificam suas estratégias discursivas toda vez que se sentem ameaçados em seus valores. Um bom exemplo é a mídia. Um jornal importante, como *Zero Hora*, alterna posicionamentos e eleva enunciadores de acordo com as oportunidades econômico-comerciais, enquanto o *Correio do Povo* se mantém fiel e invariante aos princípios empresariais que os mantém e se revela amplamente favorável à nova técnica.

Assim que, quando se trata de transgênicos, haveria a necessidade de acertar continuamente as bases da conversação a fim de, produtivamente, estabelecer de que (transgênicos) exatamente se está tratando. Essa condição esclarecedora poderia permitir que qualquer interlocutor se posicionasse com relação ao assunto e que possa eventualmente mostrar julgamentos favoráveis a determinados procedimentos e desfavoráveis em relação a outros. Afinal, a prática interpretativa semiótica pode levar ao consenso apenas a respeito do que se está tratando. Tal esclarecimento é decisivo, pois leva a que os intérpretes apontem, com o decorrer do tempo, para o que efetivamente é verdadeiro sobre o fato.

Enquanto isso, os múltiplos transgênicos aqui analisados estão, ao mesmo tempo que expostos, resguardados em suas bases institucionais e pelos hábitos, de onde saem estrategicamente para se apresentarem no enquadramento midiático. Ao se apresentarem estão incorporados na ação concreta, pela conduta dos seus membros ou representantes. Os

comportamentos, ao funcionarem como símbolo das regulações dos segmentos, definem a situação para cada campo social. Ou seja, são muitas as situações, contextos, porque são vários os segmentos e diferentes motivações. Neste estudo identificamos pelo menos três variantes, mas se pode falar de outras divisões e sub-categorias.

A superação desse impasse, cujo fenômeno está estruturado pela força do hábito, pode começar pelo esclarecimento, pela clareza dos conceitos, pelo que significa, pelo pensamento que está associado a isto e a que objeto efetivamente se refere. Assim definidos, se pode separar com mais clareza o conceito “transgênicos” e sua amplitude e a respectiva noção de transgenia e suas aplicações e implicações. Isso não é tudo, pois a bioética clama pela análise criteriosa dos efeitos da engenharia genética, mas já será um começo.

Do ponto de vista da mídia, mais do que sofrer pressões e constrangimentos dos vários campos sociais em disputa, ela se abastece exatamente desse debate e da ausência de consenso. Neste sentido, para a indústria da mídia, seria interessante que o debate persistisse. Mais do que isso, a mídia ao segmentar as informações, descontextualizar, reduzir, sintetizar, para cumprir com o formato da notícia, a partir das forças dos vários segmentos, age como protagonista do processo de significação, na medida em que ao propor, difundir, legitimar e assim favorecer sentido, simplifica as possibilidades de significação.

Por outro lado, se é verdade que a temática é regulada por componentes econômico-comerciais e político-ideológicos com desdobramentos em outros campos, não se pode desprezar a força de mecanismos informais, da sociedade não organizada, mas ativa e capaz de abstrair de valores como tradição e ordem jurídica para instituir sua vontade, baseada em valores outros e assim tensionar instituições e forçar desdobramentos.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORREIO DO POVO. Edições entre abril de 1997 e Novembro de 2003. Porto Alegre-RS: Empresa Jornalística Caldas Júnior.

HABERMAS, J. **Teoria da Ação Comunicativa I**. Madrid: Taurus, 1999.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. Nuevos Itinerarios de la Investigación. In: **Comunicación: Campo y objeto de estudio**, ITESO: Guadalajara, Jalisco, México, 2001.

PEIRCE. C.S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. tradução de José Teixeira Coelho, do original *The Collected Papers* de *Charles Sanders Peirce*. 2000.

SHOLZE, S.H.C. **Patentes, Transgênicos e Clonagem**: implicações jurídicas e bioéticas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ZERO HORA, jornal, edições de março de 1997 a novembro de 2003. Porto Alegre, RS: RBS jornais.